

## PROVA ESCRITA ESPECÍFICA (DIREITO PROCESSUAL CIVIL)

### QUESTÃO 01 (20 PONTOS)

Pedro teve deferida, com base no *fumus boni iuris*, cautelar inominada que requerera em face do réu Paulo.

Na sentença, lançada em conjunto com a ordinária, o juiz julgou improcedentes ambos os pedidos e cassou a liminar deferida naquela cautelar preparatória.

Em grau de apelo, Pedro renovou o pleito, pedindo ao Relator a tutela antecipada, com fulcro no art. 527, III, do CPC, com a nova redação trazida pela Lei nº 10.352/01, havendo sido restaurada aquela liminar.

Por força de agravo inominado (art. 557, do CPC), interposto por Paulo, a Câmara cassou a decisão monocrática do Relator.

Comente cada uma das decisões tomadas, à luz das posições legais, doutrinárias e jurisprudenciais existentes.

### QUESTÃO 02 (20 PONTOS)

Tício, na calçada de sua rua, foi atingido por pedaços de um gradil de ferro que protegia um bueiro, o qual se achava solto e desprendeou, quando por ele passava automóvel dirigido por Caio.

Tício, apontando a falta de conservação das ruas, acionou a Prefeitura, a qual compareceu aos autos, tempestivamente, alegando ilegitimidade passiva, pois o responsável seria Caio; o Autor, então, em réplica, concordou com o chamamento de Caio, ao processo, o que é deferido, havendo o juiz entendido tratar-se de litisconsórcio passivo necessário.

Quais as alegações a serem validamente sustentadas por Caio? Fundamente.

### QUESTÃO 03 (20 PONTOS)

Tício propôs em face de Caio e de Mévio ação de condenação dos réus no pagamento de determinada dívida.

Caio foi regularmente citado. Mévio, não, permanecendo revel.

Sentença transitada em julgado julgou procedente o pedido, na forma da inicial.

Proposta ação de execução da sentença condenatória, somente em face de Mévio, o executado entrou com Embargos de Devedor, fundados no artigo 741, I, do Código de Processo Civil, alegando que não foi citado, no processo de conhecimento, que lhe correu à revelia.

Por sentença, que também transitou em julgado, os Embargos do Devedor foram julgados procedentes.

Com base na referida sentença condenatória, Tício, ulteriormente entrou com outra Ação de Execução, mas já agora em face do outro condenado – Caio.

Caio entrou com exceção de pré-executividade, pleiteando o indeferimento da petição inicial, ao argumento de que Tício não dispõe de título executivo, pois o de que dispunha foi destruído pela sentença transitada em julgado, que julgou procedentes os Embargados do Devedor, oferecidos por Mévio.

Caio tem razão?

**QUESTÃO 04 (20 PONTOS)**

A Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios propõe perante o Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, pretendendo a declaração de inconstitucionalidade total do Edital do Concurso para Provimento de Cargos de Procurador do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, face as exigências editalícias de que o candidato tenha no mínimo 5 (cinco) anos de prática forense e proibindo que o servidor do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro preste o concurso, alegando que tais exigências afrontariam a Constituição Federal.

Na qualidade de Procurador do Tribunal de Contas encarregado de elaborar a peça de informações ao STF, o que você alegaria no plano das preliminares e no do mérito?

Qual medida judicial e perante quem deveria a Associação ter interposto?

Responda justificadamente e indique os dispositivos legais pertinentes.

**QUESTÃO 05 (20 PONTOS)**

Sob o fundamento de que o Presidente do Tribunal de Contas teria feito uma admissão de servidor sem concurso público, ajuizou Caio ação popular contra o dirigente do órgão. O juiz, de ofício, determinou a citação também do Estado do Rio de Janeiro. O autor não se desincumbiu do ônus de promover a citação no prazo estabelecido pelo juiz e o processo foi extinto sem apreciação do mérito. O Ministério Público, mesmo já tendo realizado oportunamente sua intervenção, interpôs recurso sustentando ser nula a sentença por não ter sido dada a oportunidade para ser cientificado e apreciada a possibilidade de prosseguir com a ação.

Pergunta-se:

- a) Qual a natureza da intervenção Estado do Rio de Janeiro?
- b) Que tipo de vício supostamente teria a sentença?
- c) A sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição?
- d) Tem o MP legitimidade que interpôs o recurso?
- e) Poderia o MP prosseguir com a ação?

**Todas as respostas devem ser fundamentadas.**

**Observação: As questões devem ser respondidas em folhas separadas.**